

Relatório de Distribuição EDOC/2025/9490



Assunto: Relatório de Execução Orçamental - 4º Trimestre 2024

Estado: Pendente

Atribuído(s) Conhecimento(s) a:

Alexandra Almeida [Dep. Planeamento e Controlo Financeiro], por Cláudia Pereira [Dep. Planeamento e Controlo Financeiro], em 22/01/2025 15:54:12

Campos Adicionais:

Não existem elementos

Despachos e pareceres:

Etapa nº: 1 - Cláudia Pereira [Dep. Planeamento e Controlo Financeiro] (Enviada)

Lida em 22/01/2025 15:45:10 e executada em 22/01/2025 15:54:12

Documentos associados:

Relatório de Execução orçamental_4ºT 2024-2023.pdf

Despacho/Informação:

À consideração do Exmo. DDPCF, Dr. Heider Costa, considerando a importância da accountability na gestão de Recursos Públicos, e atendendo à metodologia definida de reporte e divulgação da execução orçamental do Município ao Órgão de Gestão, remete-se o relatório referente ao 4º trimestre de 2024, para os devidos efeitos.

Etapa nº: 2 - Heider Costa [Dep. Planeamento e Controlo Financeiro] (Enviada)

Lida em 24/01/2025 18:19:21 e executada em 24/01/2025 18:21:28

Despacho/Informação:

Concordo. À DMFP, propondo o agendamento a RC para conhecimento.

Etapa nº: 3 - _DMFP-Dir (Enviada)

Lida em 24/01/2025 18:21:28 e executada em 29/01/2025 12:29:58 por Manuela Garrido [Dir. Mun. Finanças e Património]

Despacho/Informação:

Concordo.

À consideração do Sr. Presidente, propondo o agendamento à CM.

Etapa nº: 4 - _Presidente-GAPExpiente (Pendente)

Lida em 29/01/2025 12:29:59

Despacho/Informação:

*A Câmara,
Ordem
29.1.2025*



TODO UM MUNDO

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
4º TRIMESTRE 2024



Conteúdo

Instrumentos previsionais de gestão 2024	3
Execução Orçamental da Receita	4
Execução Orçamental da Despesa	7
Equilíbrio Orçamental	12
Alterações Orçamentais	13

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

4º TRIMESTRE 2024

Instrumentos previsionais de gestão 2024

Com o objetivo de analisar e verificar a execução orçamental do Município, realizou-se uma breve análise comparativa dos níveis de execução durante o ano de 2024, face aos dados produzidos em período homólogo do ano 2023, tendo como base o orçamento corrigido e o executado para cada um dos respetivos anos, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança bruta e a taxa de execução da despesa à despesa realizada.

A informação financeira relativa ao ano anterior resulta da extração dos elementos à presente data.

O orçamento do Município para o exercício de 2024, no final do 4º trimestre apresentou um ajustamento de menos 7.943,04 milhares de euros, mediante a realização de diversas alterações orçamentais (tratadas em capítulo próprio), correspondendo a uma dotação corrigida de 264.037,20 milhares de euros (m€), composto por 196.275,29 m€ de receitas correntes e despesas correntes no montante de 196.321,70 m€. Quanto à vertente de capital, as receitas ascendem a 33.975,74 m€, sendo as despesas de 67.715,50 m€. Acresce ainda, outras receitas, num total de 33.786,17 m€ destacando-se o saldo de gerência anterior de 32.895,08 m€¹.

A comparação efetuada tem por base, para o exercício de 2023, um orçamento corrigido de 258.750,85 m€, repartido entre receitas e despesas correntes que rondaram 182.467,35 m€ e 191.910,33 m€, respetivamente, cabendo na vertente de capital uma previsão corrigida de receitas de 43.889,63 m€ e despesas de 66.840,52 m€, contemplando as outras receitas um total de 32.393,87 m€ salientando-se um saldo de gerência anterior de 30.781,19 m€.

De referir que a análise deste 4º trimestre de 2024 incidiu apenas sobre a parte orçamental. Uma vez que os procedimentos de final de período ainda não se encontram concluídos, qualquer análise feita, nesta altura, sob a perspetiva patrimonial, teria um carácter provisório, pelo que a mesma será efetuada na altura da prestação de contas anual.

¹ Saldo da Gerência anterior apurado com base na receita cobrada líquida

Execução Orçamental da Receita

No final do ano de 2024, o orçamento do Município apresenta uma dotação total de receita cobrada de 270.748,62 m€, registando como receitas correntes o montante de 210.023,93 m€, e nas receitas de capital 26.042,52 m€, ao qual acrescem outras receitas, nomeadamente o saldo da gerência anterior de 32.895,08 m€ e reposições não abatidas nos pagamentos de 1.787,11 m€.

Por sua vez, no mesmo período de 2023, o orçamento do Município, apresentou uma dotação total de receita cobrada de 252.700,47 m€, registando nas receitas correntes um montante de 188.886,44 m€ e nas de capital 31.420,10 m€, acrescendo outras receitas como o saldo da gerência anterior de 30.781,19 m€ e reposições não abatidas nos pagamentos de 1.612,74 m€.

Em termos globais, a receita cobrada a 31/12/2024 apresenta um crescimento de 7% face ao valor registado do final do ano de 2023.

O quadro seguinte reflete a execução da receita no final do ano de 2024, apresentando a respetiva análise comparativa com o executado no ano de 2023:

C. Econ.	Descrição	31/12/2023		31/12/2024		Cobrança 2024/2024	Taxa de Execução %		
		Previsão	Cobrança	Previsão	Cobrança		2024 (a)	2024 (b)	2024 (c)
RECEITAS CORRENTES									
		188.886,44	209.023,93	209.023,93	210.023,93	21.137,49	100,52%	102,00%	104,76%
01	Impostos diretos	97.691,30	100.787,35	101.959,68	112.742,67	11.955,32	103,17%	110,54%	107,88%
04	Taxas, multas e outras penalidades	7.524,72	7.753,27	5.943,12	5.384,30	1.629,03	103,06%	157,90%	155,38%
05	Rendimentos da propriedade	8.518,46	8.547,35	5.621,75	6.069,27	2.478,13	100,34%	91,00%	90,05%
06	Transferências correntes	62.356,00	64.616,30	75.284,01	72.664,80	8.048,51	102,64%	98,52%	98,24%
07	Venda de bens e serviços correntes	5.361,64	5.400,70	3.873,83	5.558,60	157,90	100,73%	143,49%	142,12%
08	Outras receitas correntes	415,24	1.779,43	2.592,90	1.604,18	1.824,85	428,53%	138,01%	106,02%
RECEITAS DE CAPITAL									
		43.809,63	31.420,10	31.420,10	26.042,52	-5.377,58	73,50%	76,89%	75,22%
09	Venda de bens de investimento	1.928,34	1.924,31	455,87	392,71	1.531,60	99,89%	88,34%	78,48%
10	Transferências de capital	25.592,43	21.979,96	14.241,80	7.797,42	-14.183,54	85,00%	58,70%	58,88%
11	Ativos financeiros	0,20	0,00	0,20	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
12	Passivos financeiros	14.323,65	5.448,92	17.777,09	15.319,62	9.850,70	36,18%	86,18%	88,16%
13	Outras receitas de capital	2.047,22	2.046,92	1.500,78	2.512,77	455,85	100,00%	168,76%	167,50%
OUTRAS RECEITAS									
		32.381,87	32.381,87	33.706,17	34.682,58	2.288,26	100,00%	102,65%	102,89%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	1.612,68	1.612,74	891,09	1.787,11	174,37	100,00%	100,55%	101,05%
16	Saldo da gerência anterior	30.781,19	30.781,19	32.895,08	32.895,08	2.113,89	100,00%	100,00%	100,00%
TOTAL		252.700,47	270.748,62	264.017,20	270.748,62	18.048,16	97,60%	102,54%	100,82%

a) Receita Cobrada Bruta / Previsão
b) Receita Cobrada Líquida / Previsão

Da análise efetuada ao quadro anterior, destaca-se uma evolução positiva no global da receita entre 2024/2023, com um aumento de 18.408,16 m€. O referido acréscimo registou-se ao nível das Receitas Correntes (mais 21.137,49 m€) e ao nível das Outras Receitas (mais 2.288,26 m€) que apresentam um aumento de 2.113,89€ do Saldo da Gerência Anterior e de 174,37 m€ nas Reposições Não Abatidas nos Pagamentos. Inversamente, as Receitas de Capital registaram um decréscimo de 5.377,58 m€ face ao valor registado no ano de 2023.

Ao nível da Receita Corrente Bruta arrecadada, esta apresentou uma variação 2024/2023 de mais 11,2%, e ascendeu a 210.023,93 m€ no final do ano de 2024 e a 188.886,44 m€ no final do ano de 2023, o que corresponde a mais 21.137,49 m€, em termos absolutos. Este aumento global reflete um acréscimo generalizado de quase todas as rubricas da receita correntes com destaque para as rubricas de Impostos diretos e de Transferências correntes (as receitas relativas a Rendimentos da Propriedade são as únicas a registar uma diminuição de 2.478,13 m€).

Relativamente aos Impostos Diretos, no final do 4º trimestre de 2024, perfazem um montante de 112.742,67 m€, revelando um aumento de 11,9% face ao valor atingido no ano de 2023, o que corresponde a mais 11.955,32 m€. Este aumento resulta das variações positivas registadas nas rubricas do IMT, IUC e Derrama. O IMT regista 49.543,28 m€ de receita cobrada, e um crescimento de 28,0%, correspondente a mais 10.846,96 m€. As receitas do IUC, a 31/12/2024, ascendem a 11.046,72 m€, mais 667,63 m€ em comparação com o valor registado a 31/12/2023. A Derrama, apresenta 10.461,57 m€ de receita cobrada no período em análise, um aumento de 17,2%, traduzido em mais 1.534,01 m€ face a idêntico período do ano anterior. As receitas cobradas de IMI apresentaram um decréscimo de 1.087,47 m€ face a 2023.

No que concerne às Transferências Correntes constata-se que registam no corrente ano, em termos absolutos, o segundo maior montante de Receita Corrente cobrada, com um valor de 72.664,80 m€ e uma variação positiva de 12,5%, traduzindo-se em mais 8.048,51 m€ de receita arrecadada face ao ano anterior. Esta evolução resulta, essencialmente, das verbas recebidas no âmbito da transferência de competências do Estado Central para as Autarquias Locais: o Município de Gaia recebeu, neste ano o montante de 30.006,28 m€ no âmbito da transferência das áreas da educação, ação social e saúde. Refira-se que as competências na área da saúde foram recebidas apenas em outubro de 2023, pelo que o montante de 25.959,95 m€ receita cobrada líquida recebida no período de 2023 contempla, relativamente à área da saúde, apenas o último trimestre do ano de 2023.

A receita bruta relativa a Taxas, multas e outras penalidades regista a 31/12/2024 um acréscimo de 21% e um montante arrecadado de 9.384,30 m€, mais 1.629,03 m€ em comparação com o valor registado a 31/12/2023, explicado sobretudo pela evolução positiva verificado em quase todas as suas rubricas, e em particular, da rubrica referente a outras taxas específicas das autarquias locais, com um valor de receita bruta cobrada no presente ano de 2.897,66 m€, mais 862,27 m€ do que o valor registado no período anterior, com destaque para a rubrica referente a taxa turística que registou o montante de 2.609,41 m€, mais 802,44 m€

do que o valor registado no período homólogo. Ao nível da cobrança de Coimas e Penalidades por Contraordenações também se verifica um incremento de 666,41 m€, registando o valor de 1.525,27 m€ de receita cobrada no final do ano de 2024.

Relativamente às receitas de Rendimentos da Propriedade, verifica-se ser esta a única rubrica das receitas correntes a registar um recuo de 2.478,13 m€ face ao valor registado no final do ano de 2023. O montante de receita de Rendimentos da Propriedade a 31/12/2024 é de 6.069,27 m€ provenientes, em grande parte, de Rendas de Bens de Domínio Público (4.496,58 m€). A diminuição registada nas receitas de Rendimentos da Propriedade resulta, essencialmente, do momento de registo da cobrança das rendas relativas à concessão de distribuição de energia elétrica paga pela E-Redes: no final do ano de 2024 estavam cobradas, apenas as rendas dos três primeiros trimestres (a renda do 4º trimestre foi recebida no início de 2025), por sua vez, o valor registado a 31/12/2023 inclui, para além das rendas dos quatro trimestres, a renda do 4º trimestre de 2022 (recebida no início de 2023).

Ao nível das Receitas de Capital, no final do ano de 2024, registam o montante de receita bruta arrecadada de 26.042,52 m€ e uma diminuição de 5.377,58 m€ em comparação com o valor registado no ano de 2023, resultado da variação negativa verificada nas rubricas de Transferências de Capital e de Venda de Bens de Investimento que foi, em parte, compensada pela variação positiva dos Passivos Financeiros e Outras Receitas de Capital.

Os Passivos Financeiros, no final do 4º trimestre de 2024, apresentam um peso relativo de 58,8% do total de receita de capital arrecadada, e um montante de 15.319,62 m€, o que corresponde a mais 9.850,70 m€ do que o valor registado em 2023. Esta variação decorre por um lado, da libertação de nove tranches no valor total de 7.095,96 m€ do empréstimo de m.l.p. de 17.916,47 m€ e de sete tranches no valor de 6.775,84 m€ do empréstimo de m.l.p. de 38.988,22 m€, ambos da Caixa Geral de Depósitos, S.A. destinados ao financiamento de diversos investimentos e, por outro, de diversos desembolsos relativos a financiamentos reembolsáveis concedidos ao Município, no valor total de 1.447,82 m€, dos quais se destaca o valor 1.181,46 m€ recebido no âmbito do financiamento da operação "Implementação de corredores BUS em solução pré-metro - 1ª Fase - Avenida Vasco da Gama (EN 222)".

Relativamente às Transferências de Capital, o seu valor de 7.797,42 m€ advém na totalidade de Transferências com origem na Administração Central, que no final do ano de 2024 registam uma diminuição de 14.182,54 m€ face ao valor recebido no ano anterior, com destaque, por um lado, para o valor recebido relativo à participação comunitária em projetos cofinanciados cujo valor de receita cobrada bruta ascendeu, no presente ano, a 3.016,80 m€, menos

16.306,27 m€ em comparação com o valor registado no período de 2023 e por outro, para o valor recebido no âmbito do Artigo 35º, nº 5 da Lei 73/2013 com um valor de receita cobrada de 3.701,58 m€, mais 2.295,53 m€ do que o valor registado no ano de 2023.

Da análise suprarreferida, ressalta que no final do ano de 2024, a taxa de execução das Receitas Correntes ascendeu a 107,0%, registando um acréscimo de 3,49 p.p. face ao período de 2023, e as Receitas de Capital apresentam uma taxa de execução de 76,65%, registando, um acréscimo 5,06 p.p., comparativamente com o valor registado no ano transato.

Por fim, importa referir que a taxa de execução da receita bruta total a 31/12/2024 foi de 102,54%, valor acima do valor apresentado a 31/12/2023, que se centrou nos 97,66%, verificando-se um significativo acréscimo de 4,88 p.p.

Execução Orçamental da Despesa

A despesa total, no final do 4º trimestre de 2024, foi de 224.676,94 m€, apresentando um agravamento de 16.330,33 m€ face ao período homólogo de 2023, no qual a despesa total ficou-se pelos 208.346,61 m€. Na base deste aumento destaca-se o incremento da despesa corrente, mais 12.799,40 m€ em comparação com o 4º trimestre de 2023. Embora menos expressivo, as Despesas de Capital também registam um aumento de 3.530,93 m€, dos 51.137,08 m€ registados no 4º trimestre de 2023 para os 54.668,01 m€ apurados no mesmo período de 2024.

Esta evolução encontra-se desagregada no quadro seguinte:

C. Econ.	Descrição	31/12/2023		31/12/2024		Taxa de Execução %	
		Dotações consignadas	Despesa paga	Dotações consignadas	Despesa paga	2024/2023	2023
DESPESAS CORRENTES		191.910,33	157.209,54	196.321,70	170.008,94	12.799,40	89,02%
01	Despesas com o pessoal	76.883,80	72.947,44	84.424,19	79.551,15	6.703,71	94,88%
02	Aquisição de bens e serviços	70.522,57	45.116,94	71.332,15	52.395,41	7.778,47	62,08%
03	Juros e outros encargos	2.515,17	2.407,89	3.589,28	3.748,98	681,09	95,73%
04	Transferências correntes	25.788,80	22.120,44	21.364,38	20.717,61	-1.902,81	88,78%
05	Subsídios	13.352,97	12.998,92	12.632,42	11.513,45	-1.485,67	97,35%
06	Outras despesas correntes	2.847,02	1.617,91	2.979,09	2.442,34	824,43	56,83%
DESPESAS DE CAPITAL		68.840,52	58.137,88	67.715,50	54.668,01	3.530,93	76,51%
07	Aquisição de bens de capital	53.645,25	38.407,63	53.000,78	41.720,19	3.317,76	78,88%
08	Transferências de capital	3.092,27	2.802,08	5.372,93	3.673,62	871,54	90,62%
09	Ativos financeiros	0,60	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00%
10	Passivos financeiros	9.417,90	9.243,27	9.340,89	9.274,00	30,73	98,15%
11	Outras despesas de capital	684,50	684,10	0,40	0,00	-684,10	99,94%
TOTAL		258.750,85	208.346,61	264.037,20	224.676,94	16.330,33	88,52%

- Valores de euros

As Despesas Correntes, com um total de 170.008,94 m€, tiveram um aumento de 12.799,40 m€ face ao mesmo período de 2023. Este aumento resulta do incremento da maioria das componentes da Despesa Corrente, com particular destaque para as despesas com

a aquisição de bens e serviços (mais 7.778,47 m€) e para as despesas com o pessoal (mais 6.703,71 m€). Os juros e outros encargos e as outras despesas correntes registaram aumentos mais ligeiros de 881,09 m€ e 824,43 m€, respetivamente. Por outro lado, verificou-se uma diminuição na despesa com transferências correntes (menos 1.902,83 m€) e com subsídios (menos 1.485,47 m€).

As Despesas com Pessoal totalizaram, no final do ano de 2024, 79.651,15 m€, representando cerca de 36% do total da despesa executada. O montante da rubrica de remunerações certas e permanentes ascendeu a 59.887,36 m€, evidenciando um peso nas despesas de pessoal de 75%. A contribuir para o aumento das Despesas com o Pessoal neste ano de 2024, tivemos como fator determinante a receção das competências na área da saúde, concretizada em outubro de 2023. Além disso, houve também os aumentos definidos a nível governamental, nomeadamente:

- Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de agosto de 2023, que estabelece um regime especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público, que produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024;
- Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro de 2023, que aprovou medidas de valorização dos trabalhadores que exercem funções públicas com efeitos a 01 de janeiro de 2024;
- Decreto-Lei n.º 6/2024, de 5 de janeiro de 2024, que procedeu à valorização remuneratória da carreira de polícia municipal, com efeitos a 2023;
- Decreto-Lei 13/2024, de 10 de janeiro de 2024, que aprovou medidas de valorização dos trabalhadores da administração pública que inclui a alteração das percentagens a pagar por trabalho suplementar para trabalhadores com mais de 100 horas anuais de trabalho suplementar.

As aquisições de bens e serviços correntes, registam um aumento de 7.778,47 m€, passando de 45.116,94 m€ registados no 4º trimestre do ano de 2023 para 52.895,41 m€ no mesmo período de 2024, alavancado pelo aumento verificado na aquisição de serviços, de mais 6.321,97 m€ face a 2023. Relativamente à aquisição de bens, verifica-se também um aumento da despesa executada, face ao período homólogo de 2023, mas de apenas 1.456,50 m€.

No que concerne à aquisição de serviços, o total de despesa executada ascende a 44.088,96 m€, dos quais se destacam os “Outros serviços” com 18.259,76 m€ e os “Encargos das instalações” que ascendem a 7.027,90 m€. De referir que os valores dos encargos com instalações incluem 392,08 m€ de despesa paga relativos à transferência de competências da Saúde.

As transferências correntes registaram uma diminuição de 1.902,83 m€, neste período, passando dos 22.120,44 m€ registados em 2023, para 20.217,61 m€ em 2024. De realçar as transferências correntes para a administração local, que a 31/12/2024, totalizam 7.222,41 m€, desagregados entre transferências correntes para as freguesias – no valor de 3.978,77 m€, e transferências para a Área Metropolitana do Porto, no valor de 3.243,64 m€, dos quais 1.655,54 m€ são relativos à comparticipação do Município referente aos anos 2022 e 2023 do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) - Passe Único. As transferências correntes para as famílias, durante o ano de 2024, registam menos 4.716,71 m€ do que o valor registado no ano anterior, e ascendem a 1.614,11 m€, dos quais 726,69 m€ são relativos ao 4º trimestre de 2023 do Protocolo de colaboração TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE e Município de Vila Nova de Gaia Andantes “Passe 4_18 @escola.tp” e “Passe Sub23@superior.tp” e 328,78 m€ inserem-se no âmbito da descentralização na área da Ação Social, nomeadamente, nos serviços de atendimento e acompanhamento social.

Relativamente às transferências correntes destinadas a Instituições sem fins lucrativos, no final de 2024 representam cerca de 46% do total das transferências correntes, com um montante de despesa paga de 9.218,67 m€ e um decréscimo de 28,12 m€ face ao ano anterior. Nesta tipologia de despesa o destaque vai para:

- Protocolo de acordo GAIAaprende + com 2.310,56 m€ pagas até 31/12/2024;
- Protocolo de colaboração - Acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, no âmbito da Descentralização na área da Ação Social, com um valor de despesa paga de 1.782,86 m€;
- Protocolo GAI@prende + i que totalizou 917,26 m€;
- Apoio a diversas coletividades desportivas e recreativas no total de 926,16 m€;
- Protocolo de colaboração entre o Município de Vila Nova de Gaia e Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários sediadas no concelho – Apoio à atividade no valor global de 361 m€.

O montante de juros pagos pelo Município até ao final do 4º trimestre de 2024 atingiu o valor de 3.288,98 m€, mais 881,09 m€ do que no mesmo período de 2023 resultantes, sobretudo, do aumento das taxas de juro com efeitos a partir do 2º trimestre de 2023, tanto ao nível dos empréstimos de médio e longo prazo, como do contrato de locação financeira. A execução de 15.319,92 m€ em empréstimos para investimentos diversos durante este ano de 2024 também se fez refletir no montante de juros pagos neste período.

Ao nível dos Subsídios, verifica-se um decréscimo de despesa paga de 1.485,47 m€, explicado pelos seguintes movimentos:

- o valor de despesa paga até 31/12/2024 refere-se a quatro tranches do contrato de concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros explorado pela STCP (num total de 2.538,62 m€), em 31/12/2023 esse valor foi de 2.275,97 m€;
- dos 6.600 m€ de despesa anual prevista ao abrigo do contrato-programa celebrado entre o Município e a entidade Águas de Gaia EM, S.A., no final do quarto trimestre de 2024 tinha sido pago a totalidade, correspondente ao mesmo valor executado em igual período de 2023;
- relativamente ao contrato-programa celebrado entre o Município e a Gaiurb – Urbanismo e Habitação, E.M., parte do valor do ano de 2023 foi pago em 2024 (250 m€), ao que acresceu o valor relativo a este ano (2.000 m€), registando, no cômputo geral, uma redução de 500 m€ face ao mesmo período do ano anterior. Além das verbas relativas ao contrato-programa, em 2023, foi efetuado um acordo de colaboração com esta Entidade Municipal no âmbito do Programa de Revitalização da Economia Local no montante de 265 m€, que não foi renovado em 2024;
- revelando uma redução na ordem dos 983,12 m€, temos os subsídios pagos pelo Município para cobertura de prejuízos em empresas participadas, que no ano de 2023 somaram 1.107,95 m€ (S.T.C.P – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A., Município – Empresa Cartografia e Sistemas de Informação, S.A. e Gaia Futuro – Cooperativa de Interesse público, CRL.) e no mesmo período de 2024 foram apenas 124,82 m€ (Município – Empresa Cartografia e Sistemas de Informação, S.A., Inovagaia – Assoc. para Centro de Incubação da Base Tecnológica e GaiaFuturo – Cooperativa de Interesse Público, CRL).

Na vertente da Despesa de Capital, as rubricas com maior expressividade são as aquisições de bens de capital, cifrando-se em 41.720,39 m€, seguida pelos passivos financeiros com um volume de 9.274,00 m€ e pelas Transferências de Capital com o valor de 3.673,62 m€. No final do ano de 2024, as Despesas de Capital totalizam 54.668,01 m€ e registaram um acréscimo de 3.530,93 m€ face ao mesmo período ano anterior. Esta variação positiva é imputada ao aumento das Aquisições de bens de capital que apresenta mais 3.312,76 m€, das Transferências de Capital com mais 871,54 m€ e aos Passivos Financeiros com um acréscimo de 30,73 m€. É parcialmente compensada pela diminuição das Outras Despesas de Capital (menos 684,10 m€).

No final do 4º trimestre de 2024, a despesa com Aquisições de bens de capital representam 76% da despesa de capital, com um valor total de 41.720,39 m€, destacando-se os investimentos realizados nas “Construções diversas” nomeadamente na rubrica “Viadutos, arruamentos e obras complementares” (com o valor de 10.259,40 m€ e mais 1.752,45 m€ investidos do que no período homólogo do ano anterior), e na rubrica “Viação rural” (que registou o valor de 4.130,95 m€ e um expressivo incremento de 2.202,99 m€ face a igual período de 2023). São, essencialmente, despesas realizadas no âmbito reformulação da rede viária e pedonal e beneficiação do pavimento de diversos locais do Município. De referir ainda os investimentos realizados em “Edifícios”, mais concretamente em “Instalações desportivas e recreativas” com um total de despesa paga de 6.535,40 m€, e um acréscimo de 2.198,32 m€ face ao investimento realizado no mesmo período do ano anterior, a destacar as obras do Pavilhão Multiusos dos Arcos do Sardão e do Pavilhão Municipal de Santa Marinha, com um total de despesa paga, a 31/12/2024, de 5.950,37 m€ e 424,72 m€, respetivamente.

Resta referir que no final de 2024, a despesa corrente apresenta uma taxa de execução de 86,60%, observando-se um acréscimo de 4,68 p.p., face a 2023. De igual modo, a taxa de execução da despesa de capital no período em análise apresenta um aumento de 4,22 p.p., passando de 76,51% no 4º trimestre de 2023 para 80,73% em idêntico período de 2024.

Analisando a despesa no seu todo, constata-se que até final do 4º trimestre de 2024 a taxa de execução perfez 85,09%, mais 4,57 p.p., comparativamente com os 80,52% atingidos em igual período de 2023.

Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40º da Lei 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, e a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL				
Descrição		Prestação de Contas 2023	ORÇAMENTO INICIAL	31/12/2024 (previsões/dotações corrigidas)
Variáveis relevantes para o controlo da regra do equilíbrio orçamental	A - Receitas correntes brutas	188 886,44	196 766,36	219 890,79
	B - Despesas correntes	157 209,54	177 623,77	196 321,70
	C - Saldo corrente (A-B)	31 676,90	19 142,59	23 569,09
	D - Amortização média dos EMLP	9 457,99	12 448,73	10 140,73
Resultado apurado atendendo à regra do equilíbrio orçamental	E - Montante (C-D)	22 218,91	6 693,86	13 428,36
	F - Percentagem [A/(B+D)]	113,3%	103,5%	106,5%

NOTA: as Receitas correntes brutas a 31/12/2024 englobam a incorporação do Saldo da Gerência Anterior - parte corrente

(milhares de €)

Face ao referido articulado, e como se poderá verificar no quadro acima, a 31/12/2024, o Município mantém o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental previsto no RFALEI.

Alterações Orçamentais

No ano de 2024, realizaram-se 82 alterações orçamentais, das quais, dezasseis foram modificativas.

Estas alterações permitiram acomodar e gerir o orçamento em função das necessidades diárias, indo de encontro à tomada de decisão.

Os reforços/inscrições e diminuições/anulações nas diferentes contas da receita e da despesa decorrentes das referidas alterações orçamentais realizadas no presente ano, encontram-se resumidas nos quadros que se seguem:

DOTAÇÕES DA RECEITA					
CLASSIFICAÇÃO	PREVISÕES	INSCRIÇÕES /	DIMINUIÇÕES /	DOTAÇÕES	
	INICIAIS	REFEIÇÕES	ANULAÇÕES		CORRIGIDAS
01	IMPOSTOS DIRETOS	101 959,68 €	0,00 €	0,00 €	101 959,68 €
02	IMPOSTOS INDIRETOS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	5 943,12 €	0,00 €	0,00 €	5 943,12 €
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	6 621,75 €	0,00 €	0,00 €	6 621,75 €
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	75 775,08 €	6 406,31 €	6 897,38 €	75 284,01 €
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	3 873,83 €	0,00 €	0,00 €	3 873,83 €
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2 592,90 €	0,00 €	0,00 €	2 592,90 €
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	455,87 €	0,00 €	0,00 €	455,87 €
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	38 991,86 €	3 663,14 €	28 413,19 €	14 241,80 €
11	ATIVOS FINANCEIROS	0,20 €	0,00 €	0,00 €	0,20 €
12	PASSIVOS FINANCEIROS	33 374,08 €	18 291,95 €	33 888,94 €	17 777,09 €
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1 500,78 €	0,00 €	0,00 €	1 500,78 €
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	891,09 €	0,00 €	0,00 €	891,09 €
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00 €	32 895,08 €	0,00 €	32 895,08 €
Totais		273 980,24 €	88 254,47 €	68 299,53 €	264 037,20 €

(milhares de euros)

As alterações orçamentais à Receita, verificadas no ano de 2024, foram no sentido da sua diminuição, tendo sido reduzidos 7.943,04 m€ face às Previsões Iniciais. De entre as variações ocorridas no presente ano, é de destacar os seguintes registos:

- A integração do Saldo da Gerência Anterior (32.895,08 m€, dos quais 1.184 m€ relativos a receita consignada);
- Ao nível dos Passivos Financeiros (Cl.Ec.12) há a referir por um lado, a inscrição de dois novos financiamentos bancários no montante global de 17.891,95€, sendo 6.041,95 m€ destinados à aquisição de veículos, máquinas para obras e edifícios para instalação de serviços municipais e no valor de 11.850,00 m€ para aplicação em diversos investimentos, e por outro, em resultado da reprogramação de encargos, a diminuição da totalidade dessa receita que passou a constituir receita dos anos seguintes. Adicionalmente, procedeu-se ao reforço no valor de 400,00 m€, sendo retirado o mesmo valor no ano de 2025, para obras de manutenção corrente na

Escola Básica de Espinho, empreitada financiada por empréstimo, no âmbito do Acordo Quadro Singular para a reabilitação, manutenção, conservação e ampliação de equipamentos e à diminuição no valor de 1.262,00 m€ relativo à reprogramação de encargos da empreitada para a construção do Pavilhão de S. Félix da Marinha. Por último, procedeu-se à diminuição no valor de 14.734,99 m€ devido à reprogramação de encargos para diversas empreitadas financiadas por empréstimos bancários de m.l.p e cuja execução decorrerá nos anos seguintes;

- Inscrição dos valores de 2.551,06 m€ em Transferências Correntes (Cl.Ec.06) e de 1.992,09 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.10) referentes ao financiamento do Programa de Recuperação e Resiliência “Plano de Ação das Comunidades Desfavorecidas”, devido a candidaturas aprovadas, em que parte dos valores não estava prevista no orçamento inicial, entretanto sujeita a reprogramações, que resultaram em diminuições no valor de 2.993,54 m€ (Cl.Ec.06) e de 1.311,87 m€ (Cl.Ec.10);
- Reforço da comparticipação do financiamento do Programa Recuperação e Resiliência relativo à “Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais - Creches Municipais” e ao “Radar Social” que originou a inscrição de 330,28 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.10);
- Inscrição do valor de 1.148,33 m€ em Transferências de capital (Cl.Ec.10) destinados à reprogramação de fonte de financiamento (PRR - candidatura “Requalificação da Unidade de Saúde dos Carvalhos”, projeto com execução, entretanto, adiada para o ano de 2026;
- Diminuição do valor registado nas Transferências de capital (Cl.Ec.10), designadamente, 700 m€ referente ao financiamento do Fundo Ambiental “Posto de Abastecimento de Hidrogénio”, 75 m€ relativos à beneficiação Paisagística do Jardim de Santos Pousada, e 225 m€ referente ao financiamento FEDER para Reabilitação da Rede Hidrográfica do Rio Uima motivado pela desistência das respetivas candidaturas, e 8.428,50 m€ por ajustamento do Contrato de Mandato com a Gaiurb – Manutenção de Empreendimentos Sociais no âmbito do Programa 1º Direito;
- Ajustamento dos encargos do contrato de comparticipação referente à concessão de um apoio financeiro não reembolsável, destinado a financiar a realização do projeto designado por “Aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação” no âmbito do 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação que se materializou na diminuição de 13.997,44 m€ no valor registado nas Transferências de capital (Cl.Ec.10);
- Ajustamento da rubrica de transferências Correntes (Cl. Ec.06), no valor de 3.701,58 m€, relativo ao financiamento ao abrigo do art.º 35, n.º 5 da Lei 73/2013, já previsto no orçamento inicial (Cl. Económica 06030199 Outros), conforme disposto no n.º 11

do artigo 52.º da LOE/2024 "Excepcionalmente, o montante distribuído para efeitos do n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2023, de 3 de setembro, assume em 50 % a natureza de transferência de capital", uma vez que para o registo da receita foi criada, em SISAL, no Classificador Económico a seguinte classificação 06030108 – art.35, Nº 3 da Lei Nº 73/2013;

- Diminuição do valor registado nas Transferências de capital (Cl.Ec.10) no montante de 1.515,74 m€, cuja previsão de execução passou para os anos seguintes, referentes a financiamentos comunitários de candidaturas aprovadas, nomeadamente: Construção de Creches Municipais (1.030,74 m€) e Construção da USF Canaviais, em Grijó (485,00 m€);

DOTAÇÕES DA DESPESA					
CL. ECÓN.	CLASSIFICAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
01	DESPESAS COM O PESSOAL	77 338,83 €	10 970,06 €	3 884,50 €	84 424,39 €
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	67 224,77 €	29 807,01 €	25 699,64 €	71 332,15 €
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	3 927,58 €	730,40 €	1 068,70 €	3 589,28 €
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15 157,78 €	10 139,10 €	3 932,50 €	21 364,38 €
05	SUBSIDIOS	12 345,92 €	859,40 €	572,90 €	12 632,42 €
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 628,89 €	2 120,60 €	770,40 €	2 979,09 €
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	84 164,15 €	45 579,15 €	76 742,52 €	53 000,78 €
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	861,53 €	5 249,80 €	738,40 €	5 372,93 €
09	ATIVOS FINANCEIROS	0,50 €	- €	- €	0,50 €
10	PASSIVOS FINANCEIROS	9 304,99 €	1 470,00 €	1 184,10 €	9 340,89 €
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	25,30 €	234,10 €	259,00 €	0,40 €
Totais		279 980,24 €	987 109,62 €	115 052,66 €	264 037,20 €

(milhares de euros)

Do lado da Despesa, durante o ano de 2024, houve um total de 107.109,62 m€ de inscrições/reforços e de 115.052,66 m€ de diminuições/anulações.

As contas de Despesas com o Pessoal (Cl.Ec.01) e as Aquisição de Bens e Serviços (Cl.Ec.02), entre inscrições/reforços e diminuições/anulações, registaram Dotações Corrigidas, no final do corrente ano, de 84.424,39 m€ e de 71.332,15 m€, respetivamente.

No que a despesas correntes diz respeito, as rubricas de Despesas com o Pessoal e de Transferências Correntes foram as que registaram maiores variações, em termos absolutos, com mais 7.085,56 m€ e mais 6.206,60 m€, respetivamente, face à Dotação Inicial.

Relativamente às Despesas com o Pessoal, o maior reforço, verificou-se nas Remunerações Certas e Permanentes, com mais 4.943,46 m€, que passou de uma dotação inicial de 57.678,23 m€ para uma dotação corrigida no final do ano de 62.621,69 m€, e respetivos encargos com a Segurança Social (mais 1.239,90 m€).

Ao nível da Aquisição de Bens e Serviços, a maior variação é ao nível da Aquisição de Serviços, com mais 5.009,67 m€ acrescidos à dotação inicial. De entre estes reforços nas rubricas de serviços, o destaque vai para as verbas destinadas a “Outros serviços” (mais 2.365,41 m€) e a “Encargos de instalações” (mais 3.327,10 m€).

Ainda no âmbito das despesas correntes, de referir o crescimento de 41% registado ao nível da rubrica Transferências Correntes (Cl.Ec.04), com o maior reforço, em termos absolutos, verificado ao nível das transferências destinadas às “Instituições sem fins lucrativos” (mais 4.122,10 m€, passou de uma dotação inicial de 5.847,01 m€ para uma dotação corrigida no final do ano de 9.969,11 m€.

No que concerne a despesas de capital, as rubricas de Transferências de Capital (Cl.Ec.08) acumulam, até ao final do ano, a maior variação em termos absolutos, registando mais 4.511,40 m€ face à Dotação Inicial, com uma Dotação Corrigida a 31/12/2024 de 5.372,93 m€.

De referir ainda o decréscimo verificado, face à Dotação Inicial, no valor de 31.163,37 m€ nas rubricas de Aquisição de Bens de Capital (Cl.Ec.07) registando uma Dotação Corrigida no final do ano de 2024 de 53.000,78 m€. Esta variação resulta, essencialmente, da reprogramação de encargos para os anos de 2025 e de 2026 de diversos projetos financiados por via empréstimos bancários de médio e longo prazo ou por via de fundos comunitários.

Por último, é de referir que a Dotação no final do ano de 2024 da rubrica de Passivos Financeiros (Cl.Ec.10) se manteve praticamente idêntica à Dotação Inicial, pese embora apresente inscrições/reforços no valor de 1.420,0 m€, dos quais 1.309,10 m€ relativos à contratação do novo financiamento bancário no valor de 6.041,95 m€ destinado à aquisição de veículos, máquinas para obras e edifícios para instalação de serviços municipais, registaram-se também diminuições/anulações no valor de 1.384,10 m€, sendo 1.309,10 m€ relativos ao referido empréstimo uma vez que não teve execução no corrente ano.

Relatório Detalhado da Distribuição EDOC/2025/9490



PÚBLICO

Assunto: Relatório de Execução Orçamental - 4º Trimestre 2024**Estado:** Pendente

Processos

Não existem elementos

Antecedentes

Não existem elementos

Registos Associados

Não existem elementos

Conhecimentos

Perfil	Nome	Autor	Data
Utilizador	Alexandra Almeida [Dep. Planeamento e Controlo Financeiro]	Cláudia Pereira [Dep. Planeamento e Controlo Financeiro]	22/01/2025 15:54:12

Campos Adicionais:

Não existem elementos

Lista de Etapas

Etapa nº: 1

Categoria de Credenciação:

Nome:**Descrição:****Percurso:** edoc_1**Estado:** Enviada

Operações Efetuadas:

Enviada em 22/01/2025 às 15:54:13 por Cláudia Pereira [Dep. Planeamento e Controlo Financeiro]

Interveniente: Cláudia Pereira [Dep. Planeamento e Controlo Financeiro]**Executante:** Cláudia Pereira [Dep. Planeamento e Controlo Financeiro]**Data de Leitura:** 22/01/2025 15:45:10

Envio: 22/01/2025 15:54:12

Assinada: não

Documentos: Relatório de Execução orçamental_4ºT 2024-2023.pdf

Despacho/Informação:

À consideração do Exmo. DDPFCF, Dr. Helder Costa, considerando a importância da accountability na gestão de Recursos Públicos, e atendendo à metodologia definida de reporte e divulgação da execução orçamental do Município ao Órgão de Gestão, remete-se o relatório referente ao 4º trimestre de 2024, para os devidos efeitos.

Etapa nº: 2

Categoria de Credenciação:

Nome:

Descrição:

Percurso:

Estado: Enviada

Operações Efetuadas:

Enviada em 24/01/2025 às 18:21:28 por Helder Costa [Dep. Planeamento e Controlo Financeiro]

Interveniente: Helder Costa [Dep. Planeamento e Controlo Financeiro]

Executante: Helder Costa [Dep. Planeamento e Controlo Financeiro]

Data de Leitura: 24/01/2025 18:19:21

Envio: 24/01/2025 18:21:28

Assinada: não

Documentos:

Despacho/Informação:

Concordo. À DMFP, propondo o agendamento a RC para conhecimento.

Etapa nº: 3

Categoria de Credenciação:

Nome:

Descrição:

Percurso:

Estado: Enviada

Operações Efetuadas:

Aceite em 29/01/2025 às 12:29:21 por Manuela Garrido [Dir. Mun. Finanças e Património]

Enviada em 29/01/2025 às 12:29:58 por Manuela Garrido [Dir. Mun. Finanças e Património]

Interveniente: _DMFP-Dir

Executante: Manuela Garrido [Dir. Mun. Finanças e Património]

Data de Leitura: 24/01/2025 18:21:28

Envio: 29/01/2025 12:29:58

Assinada: não

Documentos:**Despacho/Informação:**

Concordo.

À consideração do Sr. Presidente, propondo o agendamento à CM.

Etapa nº: 4**Categoria de Credenciação:****Nome:****Descrição:****Percurso:****Estado:** Enviada**Operações Efetuadas:**

Aceite em 29/01/2025 às 13:29:51 por Henrique Alves [Gab. Presidência]

Enviada em 29/01/2025 às 16:05:16 por Henrique Alves [Gab. Presidência]

Interveniente: _Presidente-GAPEpediente**Executante:** Henrique Alves [Gab. Presidência]**Data de Leitura:** 29/01/2025 12:29:59**Envio:** 29/01/2025 16:05:15**Assinada:** não**Documentos:** EDOC2025_9490.PDF**Despacho/Informação:****DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:****"À Câmara. 29-1-2025."****Etapa nº: 5****Categoria de Credenciação:****Nome:****Descrição:****Percurso:****Estado:** Enviada**Operações Efetuadas:**

Aceite em 29/01/2025 às 16:07:41 por Hermenegilda Silva [Dir. Mun. Administração Geral e Arquivo]

Enviada em 29/01/2025 às 16:08:08 por Hermenegilda Silva [Dir. Mun. Administração Geral e Arquivo]

Interveniente: _DMAGA-Dir**Executante:** Hermenegilda Silva [Dir. Mun. Administração Geral e Arquivo]**Data de Leitura:** 29/01/2025 16:05:16**Envio:** 29/01/2025 16:08:06**Assinada:** não**Documentos:****Despacho/Informação:**

Agendar para Reunião de Câmara.

Etapa nº: 6

Categoria de Credenciação:

Nome:

Descrição:

Percurso:

Estado: Pendente

Interveniente: _DAOM-Sec

Data de Leitura: 29/01/2025 16:08:08